UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas

Graduação em Gestão Pública

Giovana Bragança Santos

Revisão de Literatura sobre o Programa Fica Vivo!: Análise e Perspectivas

Belo Horizonte

Dezembro, 2023

Giovana Bragança Santos

Revisão de Literatura sobre o Programa Fica Vivo!: Análise e Perspectivas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.ª Ludmila Ribeiro

Belo Horizonte

2023

Giovana Bragança Santos

Revisão de Literatura sobre o Programa Fica Vivo!:

Análise e Perspectivas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Prof.ª Ludmila Ribeiro – Departamento de Ciência Política/ UFMG (Orientadora)

Walkiria Zambrzycki – UFMG (Banca Examinadora)

Ariane Gontijo Lopes – UFMG (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 11 dezembro 2023

AGRADECIMENTOS

O encerramento dessa jornada universitária representa não apenas o fim de uma graduação, mas a conquista de um ciclo marcado por inúmeras batalhas e desafios superados com determinação. Este trabalho reflete não apenas o resultado do esforço, mas também a resiliência diante das adversidades.

Agradeço de coração a todos os professores e professoras que se tornaram fonte de inspiração, em especial a professora Ludmila Ribeiro. Obrigada pela parceria e pela orientação valiosa.

Aos colegas de trabalho e estágios, devo um agradecimento sincero por compartilharem seus conhecimentos ao longo dessa jornada acadêmica.

Ao Thales, meu companheiro de vida. Obrigada por sempre me lembra de minha capacidade e me apoiar.

Finalmente, expresso meu sincero agradecimento aos meus pais e ao meu irmão, que foram presentes desde o início da minha jornada acadêmica, testemunhando minhas incertezas, conquistas, desafios e perseverenças. Obrigada por oferecer apoio e amor genuíno em todas as etapas e nuances da minha vida.

RESUMO

Este trabalho realiza uma revisão sistemática da produção acadêmica nacional sobre o programa Fica Vivo!. Iniciando como projeto piloto no Morro das Pedras com o objetivo de prevenir homicídios em territórios periféricos, adotando eixos de prevenção e repressão, o programa tem hoje duas décadas de existência, mas passou por modificações e paralisações, o que certamente impacta a sua configuração atual. Assim, a pergunta de pesquisa que orientou a análise foi: como a literatura científica nacional aborda as mudanças e desafios do programa Fica Vivo! ao longo dos seus 20 anos de existência? A revisão sistemática, baseada em 25 trabalhos da base de dados CAPES, destaca a longevidade e relevância do Fica Vivo!, enquanto aponta fragilidades atuais, como debates sobre o modelo de gestão e obstáculos financeiros. Os resultados finais apontam para o diferencial do Fica Vivo!, cuja abordagem que não se limita à repressão, destacando-se das políticas brasileiras de combate à violência. Além disso, ao atuar em periferias e favelas, colabora para o adensamento da teia social desses locais, onde coexistem diversas ordens.

Palavras-chave: Fica Vivo!; revisão sistemática; prevenção à criminalidade

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

MEI	Microempreendedores Individuais
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
SEJUSP	Secretaria de Estado de da Justiça e Segurança Pública
SUPEC	Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
UPCs	Unidades de Prevenção à Criminalidade

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Trabalhos por Instituição a qual o autor está vinculado
Tabela II – Pessoas atendidas pelo Fica Vivo!, Aglomerado da Serra, 2006-2021

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – Paralisações, por ano e quantidade de trabalhos
GRÁFICO II – Valores investidos pelo governo de Minas Gerais no Fica Vivo!, 2012-2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

METODOLOGIA 16

RESULTADOS 18

Tensões na Articulação Institucional do Programa Fica Vivo! 20

Desafios na Articulação do Programa Fica Vivo! com Organizações Locais 22

Gestão Terceirizada e Orçamento do Programa Fica Vivo! 23

Desafios do Eixo de Intervenção Estratégica 28

Marcas positivas: o fica-vivo sob a lente das avaliações quantitativas 31

Marcas positivas: o fica-vivo sob a lente das avaliações qualitativas 34

CONSIDERAÇÕES FINAIS 35

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados de uma revisão sistemática da produção acadêmica nacional sobre o Fica Vivo!. O programa é provavelmente um dos modelos mais reconhecidos no controle de homicídios por agências internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, UNODC, e o Banco Mundial (BEATO, 2012)[1]. Além disso, essa política completa, em 2023, 20 anos de existência e ao longo desse tempo sofreu modificações e, como diversos programas, ficou paralisada durante a pandemia. Em relação às modificações, elas se devem às constantes alterações de atores chaves para o programa e a paralisações, que totalizaram três, sendo a mais longa durante a pandemia.

O programa se iniciou com um projeto piloto no morro das pedras, tendo como público-alvo jovens de 12 a 24 anos de territórios periféricos. Além disso, trata de um programa de prevenção de homicídios em locais vulneráveis desenhado com base em outros programas desenvolvidos no mundo. O projeto piloto foi desenvolvido pelo CRISP e posteriormente contou com a participação da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Ministério Público, Polícia Civil e Militar de Minas Gerais e juízes. Essa política foi pensada em dois eixos: o de prevenção e da repressão qualificada. Os eixos da prevenção contam com as oficinas e o eixo da repressão qualificada conta com atuação de um grupo especial da polícia militar, chamado Grupo Especial de Patrulhamento em Áreas de Risco (GEPAR).

Nesse sentido, o Fica Vivo! pode ser considerado um mecanismo do estado que faz uso das múltiplas ordens já existentes nesses espaços. Tendo em vista que o oficineiro é um jovem morador da comunidade, uma possível referência para outros jovens. Isto é, aquela figura já está presente no território e possivelmente já exerce alguma influência sobre os jovens daquela região por estar presente no dia a dia deles. No entanto, com o programa esse contato pode ser de fato estabelecido ou ampliado. O Fica Vivo!, como afirmam BEATO (2017) tenta promover e ao mesmo tempo se beneficiar do princípio da mútua constituição de Estado e sociedade civil, o que inclusive pode explicar a sua longevidade.

O Fica Vivo! se diferencia por não focar somente na repressão, o que de acordo com Silveira (2008) ocorre muito no Brasil nas políticas de combate a violência. Além disso, é

---

[1] Nesse sentido, ver: https://www.crisp.ufmg.br/documentos/fica_vivo.pdf)[1], acesso em 25 de setembro de 2023.

relevante ressaltar que as periferias e favelas, locais onde o Fica Vivo! se faz presente, são recorrentemente identificadas pela sociedade e mídia como lugares de desordem. No entanto, são espaço de múltiplas ordens. Nesses locais coexistem o estado, as organizações não governamentais, as igrejas, os grupos criminosos, associação de moradores, entre outros. Foi possível constatar esse aspecto durante a pandemia, já que tais ações ficaram em evidência durante esse período. Nessa mesma direção, Beato e Silveira (2014), destacam a importância das comunidades locais na prevenção do crime devido ao controle social informal. Os moradores muitas vezes possuem informações do que está ocorrendo e são capazes de alertar e ajudar outros moradores.

O objetivo deste trabalho é tentar entender o que a literatura aborda dessas mudanças e os desafios que essa política já superou e tem superado. A busca pela produção científica sobre o tema na base de dados livres CAPES gerou um total de 32 trabalhos. Aqui serão apresentados os resultados de 25 trabalhos, entre dissertações de mestrado (20) e teses de doutorado (5). Cinco artigos foram excluídos por não abordarem a temática em questão, e dois não puderam ser localizados.

Esse trabalho se justifica pela longevidade e relevância do programa Fica Vivo! e pelos indicativos de fragilidade atual, com as discussões relacionadas ao modelo de gestão adotado e a dificuldade de financiamento pela qual a política passou recentemente.[2] A proposta desta revisão sistemática é organizar e sintetizar o conhecimento científico sobre o programa e, desta forma, auxiliar na promoção da tomada de decisões, de forma a mostrar a sua importância e, ainda, pontos que possam ser aperfeiçoados para a sua sustentabilidade. Ou seja, a revisão sistemática é uma ferramenta valiosa para a disseminação e aplicação eficaz do conhecimento acadêmico sobre o Fica Vivo!.

Para apresentar os resultados da revisão sistemática, este trabalho estará dividido em quatro partes além desta introdução. A primeira detalha o histórico do Fica Vivo!, com o objetivo de estabelecer o contexto para a criação do programa, bem como as suas distintas institucionalidades nos últimos 20 anos, o que faz com que a sua constituição e funcionamento ainda sejam de extrema importância no contexto atual. Em seguida, será apresentada a metodologia, da revisão sistemática, destacando como a revisão sistemática foi realizada. Na terceira seção, analisa-se as mudanças identificadas pela literatura que

[2] Nesse sentido, ver: https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/estado-retoma-atividades-em-mais-uma-unidade-de-prevencao-a-criminalidade, acesso em 25 de setembro de 2023.

ocorreram ao longo dos 20 anos, avaliamos o estado atual do programa, discutiremos os desafios enfrentados e aqueles que ainda persistem. Por fim, em quarto, apresento as conclusões.

HISTORICO DO FICA VIVO!

O Fica Vivo! surge como maneira de solucionar os altos números de homicídios registrados em Belo Horizonte, a partir de 1997, ocasionados por jovens armados que pertenciam a grupos autointitulados gangues, devido a conflitos. Esses grupos são regimes normativos, isto é, muitas vezes determinam o que é certo e errado nos locais onde se estabelecem. Convergência e acordos entre atores estatais e criminais são relevantes e inclusive são identificadas no programa na tentativa de alcançar o objetivo de reduzir mortes violentas.

O programa possui como base a metodologia de solução de problemas, e a teoria da dissuasão focalizada. Estratégias alinhadas com a institucionalização de uma cultura de paz. A metodologia de solução de problemas traz a atuação sobre as causas dos problemas, ampliando o olhar para além do crime em si. A teoria da dissuasão focalizada consiste em identificar em quais situações a detenção é primordial e quais situações outras estratégias podem ser utilizadas. (BEATO, 2017, p. 3).

No começo dos anos 2000, em Belo Horizonte, foi identificado que os homicídios não ocorriam de forma homogênea, sendo que algumas regiões se destacavam pela incidência e nessas áreas que posteriormente o Fica Vivo! foi inserido. Em diagnóstico, realizado pelo CRISP em 2002, constatou que 80% dessas ocorrências estavam concentradas em seis favelas da capital (BEATO, 2017, p. 3).

Após realização desse diagnóstico foi implementado o projeto piloto do programa no Morro da Pedras. Em maio de 2003 a política foi expandida para outras regiões e houve a inauguração do Núcleo do Fica Vivo!, o centro de referência físico dentro da comunidade, que em 2006 passaria a ser denominado Núcleo de Prevenção por sediar outros programas além do próprio Fica Vivo! (REIS, ISADORA, 2023, p. 28). No período de 2002 a 2003 também é identificado uma grande integração entre os dois eixos do programa.

O eixo da repressão é composto pelo Grupo de Intervenção Estratégia (GIE), que contava com a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Poder Judiciário e com Ministério Público, a articulação desses atores do sistema de justiça criminal tinha como propósito aumentar os custos da prática de homicídios (BEATO, 2017, p. 4). Essa linha do programa também é formada pelo Grupo Especial de Patrulhamento em Áreas de Risco (GEPAR), da Polícia

Militar de Minas Gerais (PMMG) e consiste na implementação de atividades rotineiras e sistemáticas de policiamento comunitário nas áreas de risco, visando alterar a visão negativa da comunidade em relação à polícia, de forma a criar um ambiente de cooperação entre a comunidade e a instituição (PEIXOTO, ANDRADE E AZEVEDO, 2008, p. 3). O eixo da prevenção é composto pelo Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) e pelas oficinas esportivas e culturais, que juntos pretendem mobilizar a comunidade e manter um contato com os jovens. O programa também é composto pelo grupo gestor, que tem como objetivo definir as linhas mais gerais da política e permitiria um espaço de concatenação de ideias e solução de controvérsias que não puderam ser administradas em outras instâncias. (BEATO, 2017, p. 6)

A política foi inserida inicialmente com financiamento privado. Em 2003, ela foi incorporada como uma política de Estado pelo Governo de Minas Gerais e atualmente o Fica Vivo! é realizado por meio de um contrato de gestão celebrado em 2019 entre o Instituto Elo e o Estado de Minas Gerais representado pela Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) por intermédio da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC). Os oficineiros são contratados pelo Instituto Elos como Microempreendedores Individuais (MEI) e durante a pandemia, quando houve a paralisação das oficinas tiveram seus salários cortados. No entanto, vários deles relatam que continuaram sendo contados tanto pelos jovens quanto pelo GEPAR (MENEZES, 2017).

A interrupção do Fica Vivo!, infelizmente, não aconteceu somente durante a pandemia. Como destacado por Menezes (2022), no período de agosto de 2002 a janeiro de 2022, o programa Fica Vivo! passou por três momentos de paralisação. A primeira ocorreu em 2003, seguida pela segunda em 2017 e a terceira em 2020, devido à pandemia de coronavírus. É relevante salientar que a paralisação relacionada à pandemia foi a mais extensa. Chaves (2018) menciona outras duas interrupções, uma em 2016, devido à troca de termo de parceria, e outra em 2018, causada por atrasos nos repasses.

No entanto, a literatura revisada não fornece estudos abrangentes sobre os efeitos e o desenvolvimento dessas duas paralisações, impossibilitando uma análise mais detalhada neste contexto. O que a literatura mais destaca é como a constituição e funcionamento do Fica Vivo! são de extrema importância nas duas últimas décadas devido a diversos fatores. Entre eles está a redução de 70% e do número de vítimas de homicídios nos últimos dez anos, nas

áreas nas quais está implantado[i3] e o atendimento de quase 10 mil jovens mensalmente em suas oficinas.[4]

Para entender os limites e as possibilidades que os resultados apresentados nesta monografia possuem, na próxima seção, são detalhados os procedimentos empregados para a revisão dos estudos sobre o Fica Vivo!, para a consolidação dos achados em uma espécie de base de dados e, depois, para o relato das principais conclusões de cada análise.

---

[3] Nesse sentido, ver: http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/4369-fica-vivo-presp-e-ceapa-comemoram-resultados-de-20-anos-em-tres-dias-de-seminario, acesso em 3 de setembro de 2023.

[4] Nesse sentido, ver: https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/politica-de-prevencao-a-criminalidade-de-minas-completa-20-anos, acesso em 3 de setembro de 2023.

METODOLOGIA

As revisões sistemáticas desempenham várias funções essenciais. Estudos desta natureza têm a capacidade de criar resumos do estado atual do conhecimento em uma área, dos quais podem surgir identificações de prioridades para pesquisas futuras. Ademais, as revisões sistemáticas abordam questões que, de outra forma, poderiam permanecer sem resposta por estudos individuais. Elas também fornecem observações pontuais em pesquisas primárias, destacando aspectos que devem ser corrigidos em estudos subsequentes. Além disso, têm a capacidade de gerar ou avaliar teorias sobre como ou por que certas ocorrências ocorrem. Ao realizar essas funções, as revisões sistemáticas abrangeram diversos tipos de conhecimento, atendendo a diferentes usuários, como pacientes, profissionais de saúde, pesquisadores e formuladores de políticas.

No âmbito desta pesquisa, buscamos discernir o estado atual do conhecimento relacionado ao programa de redução de homicídios Fica Vivo!, delineando as prioridades para investigações subsequentes. Além disso, procuramos auxiliar os formuladores de política de controle de homicídios. O programa foi criado há 20 anos, nesse sentido, uma revisão sistemática visa identificar o que funciona, o que não funciona e o que precisa ser aprimorado em termos metodológicos para garantir a eficácia contínua do programa, com foco na promoção da vida e no engajamento de jovens vulneráveis em contextos de periferia.

Desse modo, esse estudo se propõe a realizar uma revisão sistemática a partir da seguinte problemática de pesquisa: como a literatura científica nacional aborda as mudanças e desafios do programa Fica Vivo! ao longo dos seus 20 anos de existência? Esse trabalho tem como objetivos principais compreender as transformações ocorridas no programa ao longo do tempo e identificar os desafios enfrentados, bem como os principais resultados alcançados com essa política pública. Como referência seguimos a declaração dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA), que consiste em um checklist com 27 itens e um fluxograma de quatro etapas.

Os textos analisados nesta revisão foram selecionados por meio da busca do termo Fica Vivo! na base de dados livres CAPES realizada em julho do ano corrente, quando foram, encontrados 32. Como critério de inclusão para a revisão da bibliografia, foram considerados

textos que abordem especificamente as mudanças e desafios do programa em território nacional, no período compreendido entre 2003 e 2023. Foram excluídos textos que não tratavam diretamente desses aspectos ou que não diziam respeito ao programa em questão. Assim, ao final dos 32 textos, foram revisados e sistematizados 25, sendo esses os resultados que serão relatados. Cinco artigos foram excluídos por não abordarem a temática em questão, e dois não puderam ser localizados.

Nesse sentido, diversos dados foram extraídos dos textos como ano, tipo de texto, palavras-chave, questão(ões) de pesquisa, justificativa da pesquisa, sexo do(s) autor(es), área do(s) autor(es), vinculação dos autores com instituições, desenho de pesquisa, identificação de mudanças no programa ou de desafios encontrados, entre outros. Essas perguntas foram elencadas com objetivo de entender se algumas dessas variáveis afeta o estudo no caso de sexo do(s) autor(es), área do(s) autor(es), vinculação dos autores com instituições, desenho de pesquisa. Já as perguntas relacionadas a mudanças e desafios constatados busca entender na visão dos autores como o Fica Vivo! tem sido executado ao logo das suas duas décadas.

Para coleta dos dados foi utilizado um formulário predefinido e para garantir a qualidade da revisão, foi realizada uma análise crítica da metodologia dos estudos incluídos, avaliando sua robustez e confiabilidade. Vale ressaltar que, em relação aos riscos de viés, a revisão contou somente com um revisor, e devido ao curto período para análise, foram priorizadas dissertações e teses do portal CAPES. A síntese dos resultados será apresentada utilizando tabelas, gráficos e uma narrativa descritiva que destaca convergências e divergências encontradas na literatura.

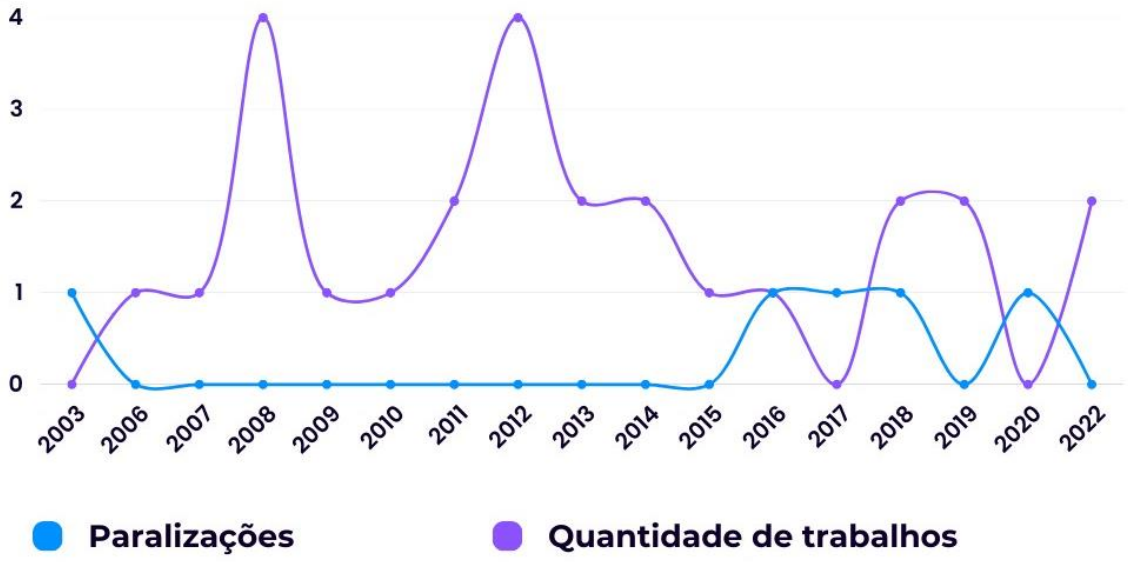
RESULTADOS

Dos 32 textos revistados, 25 eram dissertações e teses que abordavam em profundidade o Fica Vivo!. Para entender de maneira mais detalhada esses corpus, construí uma nuvem de palavras com base nas palavras chaves dos trabalhos (Figura 1). Termos como "avalia" e "implementa" destacam-se, uma vez que a maioria dos textos aborda a implementação e a avaliação do programa. Nota-se uma escassa menção à formulação nos trabalhos. Além disso, apesar do termo “segurança” está em destaque, poucas vezes o policiamento em específico é citado, devido aos poucos textos que tratam do eixo de intervenção estratégica do Fica Vivo!. Por último, os termos “preven” e “juventude” são amplamente referenciados, refletindo o foco do programa em prevenção e seu público-alvo, os jovens.

Figura 1: Palavras mais utilizadas nas manchetes e subtítulos das publicações

Continuando com análise global dos textos, é possível observar, conforme demonstrado no gráfico a seguir, que nos anos de 2003, 2017 e 2020, marcados por paralisações, não foram registradas publicações de teses e dissertações. Adicionalmente, nos anos de 2016 e 2018, apenas uma publicação foi identificada. Destaca-se que os anos de maior atividade editorial foram 2008, com quatro publicações, e 2012, também com quatro publicações.

GRÁFICO 1 – Paralisações, por ano e quantidade de trabalhos



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à instituição, mais de 50% dos trabalhos são produzidos por autores afiliados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o que pode ser explicado pelo fato de o programa ter sua origem no Centro de Estudos de Segurança e Criminalidade da UFMG. Outra informação importante é o fato de quase todos os trabalhos serem de autores vinculados a universidades e instituições mineiras, o que pode ser resultado da restrição do programa tão somente às cidades polo de Minas Gerais.

TABELA 1 – Trabalhos por Instituição a qual o Autor está vinculado

Instituições	Número de Trabalhos	Frequência Relativa
Centro Universitário UNA	1	4,76%
Fundação João Pinheiro	2	9,52%
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2	9,52%
Universidade de Brasília	1	4,76%
Universidade do Estado de Minas Gerais	1	4,76%
Universidade do Estado do Amazonas	1	4,76%
Universidade Federal de Minas Gerais	11	52,38%
Universidade Federal de Uberlândia	1	4,76%
Universidade Vale do Rio Doce	1	4,76%

Na literatura, são numerosos os desafios identificados ao longo dos 20 anos de existência do programa Fica Vivo!. Entre esses desafios, destacam-se a ausência de parcerias formalizadas com o município, a necessidade de articular o programa com diversas organizações governamentais e não governamentais, a elevada rotatividade de profissionais no âmbito da proteção social e intervenção estratégica, as questões relacionadas a remunerações e ao vínculo empregatício dos oficineiros, a integração dos eixos de proteção social e intervenção estratégica, a percepção do Fica Vivo! como um programa de natureza policial. Além disso, as frequentes mudanças de liderança no programa e a falta de investimento representam fatores que impactam significativamente a implementação do Fica Vivo!.

Tensões na Articulação Institucional do Programa Fica Vivo!

A dissertação de Ribeiro (2012), ao analisar a implementação do Programa Fica Vivo! em locais distintos como Morro das Pedras, Cabana de Pai Tomás e Barreiro, destaca a ausência de articulação entre instituições de diferentes níveis governamentais. O autor ressalta que era previsto no programa duas instâncias colegiadas no nível central: a Coordenação Geral e a Coordenação Municipal. No entanto, a Coordenação Municipal, embora prevista no decreto regulamentador do programa, não foi efetivada.

O objetivo da Coordenação Geral era definir as orientações abrangentes para a coordenação, avaliação e acompanhamento do Programa Fica Vivo!. Deveria incluir membros da Secretaria de Estado de Defesa Social, Tribunal de Justiça, Assembleia

Legislativa, Polícias Militar e Civil, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado da Educação e representantes do CRISP. Essa cooperação buscava, por meio da integração e articulação entre vários órgãos públicos e privados, bem como da participação social, desenvolvendo soluções com a contribuição de diversos agentes para o controle de homicídios, atuando nas raízes da violência.

Quanto à Coordenação Municipal, sua composição deveria incluir membros da Prefeitura, Câmara Municipal, Ministério Público, Poder Judiciário, Polícias Militares e Civis, além de organizações não governamentais. Caberia a essa coordenação municipal a responsabilidade de planejar, coordenar e executar as ações da(s) unidade(s) do Programa Fica Vivo! nos municípios.

A resistência das prefeituras locais à municipalização do Fica Vivo! é apontada por Ribeiro (2012) como resultado de questões constitucionais, incertezas quanto ao financiamento estadual e desconfiança em relação à correta aplicação dos recursos municipais. A falta de institucionalização da parceria entre estado e município contraria as diretrizes da literatura que orienta a formulação do programa, destacando a importância de combinar o cumprimento da lei com atividades de prevenção social envolvendo diversos organismos.

A carência de uma parceria formal e articulada entre os níveis municipal e estadual prejudica a implementação e execução eficaz do Programa Fica Vivo!, que busca abordar não apenas o tráfico de drogas, mas também os fatores criminógenos relacionados à falta de infraestrutura nos territórios, como educação, saúde, cultura, saneamento básico e habitação. Estabelecer uma parceria entre esses entes iria possibilitar o compartilhamento de espaços das prefeituras, aliança e complementaridade de políticas, e fomentar o diálogo entre diversos atores governamentais, como professores, diretores, agentes de saúde, oficineiros e assistentes sociais. Nos momentos em que essa articulação se deu, mesmo de forma informal, foi possível que exemplos como esse citado por Silva (2008) ocorressem.

> Ligada à Escola Municipal Professor Paulo Freire, a Escola de Samba Unidos do Onça foi fundada a partir da sensibilidade da direção da Escola Municipal e do apoio de vários segmentos: moradores, professores e alunos. A Escola de Samba tornar-se-ia parceira

> fundamental para a efetivação das ações do Programa Fica Vivo! na região (SILVA, 2008, p. 59)

Nesse sentido, seria interessante que o município garantisse as condições estruturais para a implementação dos Centros de Prevenção à Criminalidade e possibilitasse a articulação com as políticas sociais e as estratégias locais de prevenção e segurança cidadã. E o Estado disponibilizasse recursos para o desenvolvimento da política, equipe técnica e diretriz metodológica.

Desafios na Articulação do Programa Fica Vivo! com Organizações Locais

Outro fator que se apresenta como desafio, é a articulação do programa com organizações que já existem no território. Sua vinculação com associações comunitárias, igrejas, empresas privadas também podem proporcionar ações complementares para comunidade e juntos essas instituições podem formular soluções eficazes para problemas relacionados a violência. Silva, 2008, em um estudo de caso sobre o território Beira da Linha, destaca as parcerias formuladas pelo Fica Vivo! na região.

> A fim de que esse processo fosse construído em parceria com os moradores e instituições da região dos bairros a serem atendidos, assim como prevê o método do Programa, foi realizado um levantamento do patrimônio sociocultural local. A partir desse levantamento, foram agendadas, pela técnica responsável pela implantação do Programa, reuniões com representantes de associações comunitárias, diretores de escolas, gerentes de centros de saúde, padres e pastores das igrejas locais, técnicos do programa Liberdade Assistida, do Serviço de Orientação Sociofamiliar (SOSF) e do Conselho Tutelar dentre outros. A cada reunião eram colhidas informações sobre o trabalho já desenvolvido ali, dados sobre a realidade social dos bairros, em especial, sobre a realidade dos jovens e sobre a violência e a criminalidade local. (SILVA, 2008, p. 55)

Silva (2008) nesse mesmo estudo de caso também destaca a parceria construída com uma empresa privada da região que possibilitou que a instalação do Núcleo de Referência do programa no local.

> Para sanar a questão relacionada à falta de recursos financeiros, buscou-se construir uma parceria com as empresas responsáveis pelo transporte coletivo na região. As empresas mostraram se interessadas, tendo em vista os prejuízos causados pelo crescente número de roubos aos coletivos. Prejuízos financeiros e de saúde do trabalhador, pois muitos funcionários se licenciavam ou pediam transferência em função dos riscos aos quais se viam submetidos. (SILVA, 2008, p. 63)

Contudo, há grande diferença de cobertura e inserção de políticas, programas e projetos nas localidades atendidas pelo programa. Em seu estudo, Silva, 2008, evidencia que o Morro das Pedras, Taquaril e Aglomerado da Serra possuem maior número de equipamentos e organizações públicas e privadas e que o contrário pode ser visto para Barreiro, Pedreira Prado Lopes e Cabana de Pai Tomás. Dessa forma, a estrutura já existente no local se caracteriza um desafio, pois quanto menor o número de equipamentos governamentais ou não governamentais menos parceria são possíveis de serem formuladas, podendo impactar negativamente a política.

Gestão Terceirizada e Orçamento do Programa Fica Vivo!

Como citado anteriormente para realizar as atividades previstas no grupo de proteção social, o programa desenvolveu uma estrutura de gestão descentralizada e terceirizada por meio de acordos de parceria estabelecidos entre uma Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público (OSCIP) e o estado. Especificamente no que diz respeito à formalização de contratos de gestão entre o governo e organizações do terceiro setor, a intenção era simplificar os processos de implementação e execução de diversas políticas públicas. Isso ocorre porque essas instituições podem receber recursos públicos por meio de acordos de parceria definidos pela Lei 9.790/99. Em teoria, esse instrumento seria menos restritivo do que a consolidação de convênios entre o estado e organizações do terceiro setor, que exigiam a conformidade com as instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional IN/STN 01/1997 e 03/1993 (RIBEIRO, 2012, p. 79).

Além disso, por não fazerem parte da estrutura do estado, essas organizações não têm a obrigação de cumprir a legislação federal 14.133/2021, que regulamenta a contratação de serviços de terceiros pelo poder público e impõe cláusulas rigorosas, mas reduz as possibilidades de irregularidades por parte dos agentes governamentais. Em outras palavras,

ao estabelecer contratos com essas organizações, o poder público busca agilizar os processos de implementação e gestão de políticas públicas. Além disso, essas organizações têm maior flexibilidade para firmar contratos com entidades e indivíduos para a realização de ações possíveis, ao mesmo tempo em que garantem à instituição central, neste caso, a SEDS, o controle metodológico das ações (RIBEIRO, 2012, p. 79).

Ademais, conforme a metodologia do programa, os oficineiros devem residir na comunidade, possuírem habilidades em um ofício e serem proficientes no diálogo com os jovens. Inicialmente, a contratação dos serviços dos oficineiros foi realizada por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs) e Associações Comunitárias. No entanto, atualmente, a contratação é efetuada através da figura do Micro Empreendedor Individual (MEI), que presta serviços para o Instituto Elo, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), responsável pela execução do programa em parceria com o estado.

Segundo Peixoto (2008) essas modalidades de contratação proporcionam maior flexibilidade no trabalho dos oficineiros. Reconhece-se a importância de sua responsabilidade na implementação de políticas públicas, mas destaca-se também a necessidade de preservar sua identidade como membros da comunidade. Portanto, segundo ele, a não institucionalização dos oficineiros é fundamental para que possam desempenhar o papel de elo entre a comunidade e as estruturas estatais. No entanto, essa forma de contratação é frágil o que possibilita o desligamento do oficineiro e resulta em alterações constantes do quadro desses funcionários. Com essa alteração constante os vínculos construídos são quebrados como evidência Silva (2019).

> Desde o início da minha pesquisa, em 2015, a UPC Rosaneves passou por algumas mudanças em relação à sua equipe técnica, situações que também ocorreram em outras UPCs, como me foi informado pela atual gestora. Essas alterações constantes no quadro de funcionários é bastante prejudicial a uma política que é baseada, na ponta, na criação de vínculo pessoal, como o Fica Vivo!. Em realidade, os laços sociais entre analistas técnicos, gestores e, principalmente,

> oficineiros são fundamentais e demandam tempo para se consolidar junto à comunidade.(SILVA, 2019, p. 90)

Ainda nesse sentido, os oficineiros juntamente ao Fica Vivo!, parecem assumir uma posição de diálogo que provoca uma sensação de maior proximidade do Estado com a comunidade à medida que essa comunicação se desenvolve bem com os jovens e com os moradores. Sendo assim, a sensação de não pertencimento do oficineiro ao estado também pode ser negativa.

Outro fator relevante relacionado a gestão terceirizada, são os cortes no orçamento do programa e os critérios de avaliação do Fica Vivo!. Segundo Silva (2019) a notável redução nas atividades e na equipe das Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs), resultado dos cortes de verbas implementados pelo Estado desde 2010 e intensificados em 2019, impacta diretamente a essência da abordagem proposta. Ao conversar com a atual gestora da UPC Rosaneves, que participa do programa há cerca de nove anos, a autora constatou que os analistas sociais, gestores e oficineiros estão buscando estratégias para lidar e para sanar o vácuo gerado pela falta de oficinas. Isso inclui a focalização em projetos locais, visando alcançar um número significativo de jovens. No entanto, devido ao orçamento reduzido, esses projetos e a sua abrangência tornam-se mais difíceis.

Nesse sentido, Junior (2022) destaca a carência de informações anteriores a 2012 sobre o investimento no programa Fica Vivo!, apontando para uma falta de coordenação e controle por parte dos governos estaduais, já que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) não dispõe desses dados. Conforme as informações fornecidas ao autor pela secretaria, a média anual de investimento no programa atinge aproximadamente R$ 14.330.927,36. Chama a atenção o orçamento de R$ 8.425.843,35 disponibilizado pelo governo em 2017, contrastando com o pico de R$ 18.167.412,52 no ano seguinte, 2018 (GRÁFICO 2). Vale ressaltar que, nos anos da pandemia de coronavírus, 2020 e 2021, mesmo com a diminuição do número de oficinas e de jovens atendidos, foram observados um montante orçamentário expressivo. (JUNIOR, 2022, p. 212)

GRÁFICO 2 – Valores investidos pelo governo de Minas Gerais no Fica Vivo!, 2012-2021

Fonte: SEJUSP, 2022.
Nota: Os orçamentos nos anos anteriores a 2012 não foram informados pela SEJUSP.

Nesse contexto, há ainda pressão por parte da SEJUSP, que cobra o cumprimento de metas, destacando o número de jovens impactados pelo programa Fica Vivo! por meio de oficinas, projetos e atendimentos individuais. Essas metas são calculadas com base em indicadores específicos de cada região, como extensão da área de cobertura, densidade demográfica local, população de jovens de 12 a 24 anos, idade de atendimento do programa, e o número de homicídios e tentativas. Embora essas análises sejam pertinentes, elas suprimem as relações estabelecidas no programa, pois as políticas públicas, principalmente de prevenção, são uma política de vínculo também (SILVA, 2019, p. 36).

Junior (2022), evidencia esses dados em relação ao Aglomerado da Serra. Segundo a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) a Unidade de Prevenção à Criminalidade Serra foi criada em maio de 2006, marcando o início do programa Fica Vivo! na comunidade. A coleta de dados teve início em 2006, permitindo a análise da quantidade de pessoas atendidas pelo Fica Vivo! de 2006 a 2021, conforme evidenciado na Tabela 1. (JUNIOR, 2022, p. 212). Ao considerar uma população de aproximadamente 50 mil residentes no Aglomerado da Serra, constata-se que ao longo dos 15 anos de implementação do Fica Vivo! na região, cerca de 10% dos habitantes foram beneficiados pelo Programa de Controle de Homicídios. (JUNIOR, 2022, p. 212). Outra observação relevante, ao excluir os dados de 2020 e 2021 (período da pandemia de coronavírus), revela que o número de pessoas

assistidas pelo Fica Vivo! no intervalo de 2006 a 2021 variou entre 217 e 495, resultando em uma média anual de 322 pessoas. (JUNIOR, 2022, p. 212)

Tabela 2 - Pessoas atendidas pelo Fica Vivo!, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Ano	Pessoas atendidas	Frequência Relativa
2006	217	4,22%
2007	382	7,42%
2008	392	7,62%
2009	495	9,62%
2010	436	8,47%
2011	445	8,65%
2012	378	7,35%
2013	367	7,13%
2014	327	6,36%
2015	307	5,97%
2016	326	6,34%
2017	327	6,36%
2018	269	5,23%
2019	312	6,06%
2020	124	2,41%
2021	41	0,80%
Total	**5.145**	**100%**

Fonte: SEJUSP, 2022. Notas: 1) Os dados anuais correspondem a média mensal de pessoas atendidas pelo Fica Vivo! 2) No ano de 2021, não houve execução de oficinas nos meses de abril a junho devido às restrições impostas pela pandemia COVID-19; 3) No ano de 2020, não houve execução de oficinas nos meses de abril a novembro devido às restrições impostas pela pandemia COVID-19; 4) No ano de 2017, a execução dos Programas foi interrompida nos meses de agosto a dezembro devido à mudança da OSCIP executora da Política de Prevenção; 5) No ano de 2016, a execução dos Programas foi interrompida nos meses de maio e junho devido à mudança da OSCIP executora da Política de Prevenção; 6) A SEJUSP não dispõe dos dados das oficinas antes de 2013.

A Tabela 2 revela que o total de pessoas atendidas ao longo do período foi de 5.145, destacando uma variabilidade nos atendimentos ao longo dos anos. De 2006 a 2009, registrou-se um aumento expressivo, atingindo o pico em 2009 com 495 pessoas atendidas. Posteriormente, observa-se uma tendência de decréscimo até 2018, seguida por um aumento em 2019 e uma significativa redução em 2020 e 2021. É notável que, em três meses de 2020, o número de atendimentos supera o total de seis meses em 2021. Isso aponta para a

dificuldade na retomada do projeto após a paralisação devido à pandemia, sugerindo possíveis impactos nas operações do programa.

Desafios do Eixo de Intervenção Estratégica

A introdução de dois eixos, como mencionado anteriormente, representa uma inovação do Programa Fica Vivo!, trazendo consigo vários benefícios ao formular uma política que atua em ambos os âmbitos. No entanto, a falta de integração desses eixos cria obstáculos para o programa.

Apesar de o Programa Fica Vivo! ter sido institucionalizado com base na experiência considerada bem-sucedida no Aglomerado Morro das Pedras, os conflitos presentes durante sua formulação persistiram e se intensificaram devido à falta de definição de mecanismos de integração entre as ações do sistema de justiça e da proteção social. No processo de elaboração do programa, a principal discordância residia na postura divergente adotada pelos participantes dos dois grupos de trabalho: a postura de controle por parte dos policiais e a postura de acolhimento por parte dos técnicos sociais envolvidos em diversas políticas sociais. Essas diferenças estabeleceram um conflito inicial de linguagem e conteúdo entre policiais e profissionais da política social, entre técnicas de investigação e abordagem, e entre posturas de controle e acolhimento dentro do mesmo espaço físico ocupado por partes do setor público que não se compreendiam nem na prática nem na teoria (RIBEIRO, 2012).

Os conflitos entre a Intervenção Estratégica e a Proteção Social foram exacerbados no território devido ao contexto local e às relações estabelecidas entre técnicos sociais, oficineiros, policiais e o público-alvo. Isso destaca que as diferenças entre culturas organizacionais e profissionais representam obstáculos significativos para a integração das ações. Rotinas, hábitos profissionais, missão e objetivos organizacionais, bem como a estrutura de poder e distribuição de informações das organizações, são influenciados não apenas por uma perspectiva institucional ou formal, mas também pelo passado e pela história das organizações, exigindo tempo para mudança. No caso do Programa Fica Vivo!, a Polícia Militar possui um histórico de ações necessariamente repressivas, muitas vezes voltadas para o mesmo público que agora é alvo de uma política pública de prevenção à criminalidade. A mudança de perspectiva dos profissionais em relação aos jovens atendidos não ocorre

instantaneamente, sendo necessário percorrer um longo caminho para que essas duas ações se tornem efetivamente complementares e compreensíveis dentro de uma mesma política pública (RIBEIRO, 2012, p. 90).

Nesse sentido, são diversos os desafios associados ao eixo de intervenção estratégica. O primeiro desafio está relacionado aos recursos logísticos disponíveis para a atuação preventiva dos policiais do grupamento. De acordo com relatórios, planos de intervenção e a percepção de alguns policiais entrevistados em um estudo de caso realizado por Santos (2012), no Aglomerado Palmital em Santa Luzia, pode-se afirmar que, após um período inicial de má gestão de equipamentos, como desvios de armamentos e acessórios, a principal questão nesse Aglomerado a partir do final de 2007 era a falta de manutenção nas viaturas Troller e as limitações desses veículos para o policiamento na comunidade. Outras dificuldades incluíam a ausência de computadores para o registro de ocorrências e a falta de câmeras fotográficas ou filmadoras, consideradas essenciais para um trabalho mais qualificado do grupamento.

O segundo desafio que dificulta a continuação do policiamento comunitário desenvolvido pelo GEPAR está relacionado à formação dos policiais que compõem o grupamento e ao perfil necessário para o trabalho. Após a instrução 02/2005, que estabeleceu que os policiais do GEPAR deveriam ser voluntários com no mínimo um ano de experiência em atividade operacional, a realidade mostrou que muitos policiais não são voluntários, alguns não tem o curso do GEPAR e outros afirmam não possuir o perfil adequado para o policiamento comunitário. Isso trouxe vários problemas, como a falta de alinhamento com a filosofia do policiamento comunitário e a dificuldade de estabelecer relações de confiança com a comunidade. (SANTOS, 2012, p. 166)

O terceiro obstáculo apontado como dificultador da continuação do policiamento comunitário é a grande rotatividade dos policiais no GEPAR. A rápida mudança de policiais no grupo dificulta a criação de vínculos duradouros com as comunidades, prejudicando a construção de relações de confiança entre moradores e policiais. (SANTOS, 2012, p. 166). O quarto ponto destacado como empecilho às ações de policiamento comunitário é a própria relação histórica da polícia com as comunidades, marcada por ações pontuais e violentas que geram desconfiança mútua. A transição de uma abordagem meramente repressiva para uma

abordagem preventiva ainda está em processo, e a falta de canais eficazes de comunicação com a comunidade agrava a situação. (SANTOS, 2012, p. 166)

O quinto fator que dificulta a continuação do policiamento desenvolvido pelo grupamento está relacionado às ações de policiamento comunitário. Em primeiro lugar, existem casos de disparidade entre a área de atuação designada para o GEPAR e a área real em que o grupo é chamado a atuar. Isso tornava difícil para o grupamento seguir os moldes do policiamento comunitário, prejudicando o contato efetivo com a comunidade. Em segundo lugar, a perspectiva de reorientação das atividades de patrulhamento para o atendimento a chamadas não emergenciais não é plenamente alcançada, deixando de aproveitar totalmente o potencial de interação personalizada com a comunidade. (SANTOS, 2012, p. 166)

Por fim, em relação à descentralização de comando, outro fator relevante para o sucesso do eixo de repressão qualificada, os dados indicam que a operacionalização dos pressupostos do policiamento comunitário ainda está fortemente ligada à figura do comando à frente do grupamento e da Companhia de Polícia local. Santos (2012) relata que no aglomerado Palmital a mudança nessa dinâmica só ocorreu com a troca do comando da Companhia e do comando do grupamento, permitindo uma maior autonomia dos policiais na ponta durante o ano de 2007. Portanto, é crucial realizar uma avaliação crítica constante do processo de implantação do GEPAR para garantir sua eficácia. (SANTOS, 2012, p. 166)

Ribeiro (2012) também afirma que a integração dos eixos do Fica Vivo! varia em cada localidade e identifica que isso está relacionado, entre outros fatores, à figura que ocupa o cargo de comandante do GEPAR, que pode ou não estar alinhada ao eixo de proteção social. Essa figura crucial contribui significativamente para essa relação.

Marcas positivas: o fica-vivo sob a lente das avaliações quantitativas

Em relação aos resultados do Fica Vivo! destaca-se a importância da variável tempo na eficácia do programa. Os Programas de Prevenção tendem a ser mais eficazes ao longo do tempo, especialmente a médio e longo prazo. Isso se deve ao fato de que Políticas de Prevenção envolvem mudanças culturais e organizacionais que se desenrolam ao longo da intervenção. Ao lidar com problemas diversos e complexos em diferentes níveis, essas políticas demandam tempos variados para a efetivação de resultados. (ALVES, 2008, p. 104)

Peixoto (2008) em uma análise dos impactos do programa Fica Vivo! nos setores censitários das sete favelas do município de Belo Horizonte onde foi implantado primeiramente, também constata que o impacto do Programa Fica Vivo! cresce ao longo do tempo, contrariando as tendências observadas em outros estudos empíricos sobre a avaliação de programas sociais. Especulamos que esse efeito temporal positivo pode ser atribuído às características específicas do Fica Vivo!. O programa se concentra na construção e consolidação de uma rede de proteção social, que afasta os jovens da criminalidade, oferecendo suporte e alternativas de integração social. A formação e a articulação dessa rede demandam um período para se solidificar. Portanto, quanto mais tempo o programa está em vigor, melhores são os resultados esperados.

> Outro aspecto, a ser analisado, diz respeito à redução do impacto do Programa quando este é ampliado em 2004 para grandes populações, sai da área piloto e se expande para mais 9 áreas da cidade. De acordo com as análises do Relatório Sherman et al. (1997), mesmo entre as estratégias que funcionam em programas de Prevenção à Criminalidade, existe uma dificuldade de ampliação das ações para outras áreas, porque ações de prevenção exigem uma grande articulação de atores locais e estes nem sempre possuem o mesmo potencial ou os mesmos recursos. Posto que, os resultados não podem ser facilmente generalizados, em primeiro lugar porque, as intervenções que mais funcionam, de acordo com as pesquisas,

> se baseiam em acompanhamentos individuais e dependem muito do contexto onde são aplicadas. (ALVES, 2008, p. 104)

Segundo Peixoto (2008) de maneira geral, pode-se afirmar que o Fica Vivo! contribui para a redução da criminalidade, evidenciada pela diminuição da taxa de homicídios por cem mil habitantes. Contudo, essa redução não é uniforme em todas as áreas abordadas. O Morro das Pedras, que é a área piloto de implementação, destaca-se como o local onde o impacto do Fica Vivo! é mais efetivo. No modelo, do autor, estimado por diferença em diferença, observa-se uma redução de até 34 homicídios por cem mil habitantes por semestre em comparação com o restante do município.

Na Pedreira Prado Lopes, o programa não consegue reduzir a criminalidade. No entanto, a magnitude do aumento da taxa de homicídios por cem mil habitantes diminui ao longo do tempo, chegando a uma redução total de 80%. No Alto Vera Cruz e na Cabana de Pai Tomás, o Fica Vivo! reduz a taxa de homicídios entre 15 e 11 por cem mil habitantes por semestre em relação ao restante do município, respectivamente. No Taquaril e no Ribeiro de Abreu, o programa não reduz o número de homicídios, apenas promove a diminuição da magnitude do aumento da taxa.

O Conjunto Felicidade, a última área analisada a receber o programa, não apresenta impactos significativos na redução da taxa de homicídios. No entanto, no período analisado pela pesquisa essa área tinha pouco tempo de implementação, apenas um ano. Especula-se que as discrepâncias nos resultados entre as áreas tratadas possam estar relacionadas à fase de implementação. O Morro das Pedras, na época da implementação do Fica Vivo!, possuía condições diferenciadas em termos de número de serviços públicos locais e projetos sociais de iniciativa privada em comparação com as demais áreas. Além disso, o programa ainda não estava institucionalizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que pode ter influenciado a participação e o comprometimento dos atores locais.

Silveira (2007) afirma em uma avaliação do programa Fica Vivo! no Morro das Pedras que outro indicador da relevância das ações do programa na diminuição dos homicídios foi o aumento desses eventos no primeiro semestre de 2003, coincidindo com um declínio temporário do programa. Após a retomada mais sistemática em julho de 2003, observou-se uma tendência de queda desses incidentes, uma tendência que perdurou com a

oferta contínua de ações tanto de intervenção estratégica quanto de proteção social. (SILVEIRA, 2007, p. 259)

Adicionalmente, o programa gerou efeitos difusos, influenciando outras manifestações locais de violência e desordem. A redução notável nos tiroteios, segundo a percepção de policiais e moradores, pode ser atribuída à presença constante do policiamento no aglomerado durante o dia, reduzindo significativamente esses eventos, especialmente à noite quando o policiamento é menos intenso. O programa também teve impactos na liberdade de circulação das pessoas entre as diversas vilas, resultando em menos intimidações e restrições. (SILVEIRA, 2007, p. 259)

Mais de metade dos residentes do Morro das Pedras, segundo Silveira (2007), considera que o programa é eficaz, percebendo melhorias nas condições de vida, redução de eventos violentos, furtos, assaltos e roubos nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa de vitimização realizada pelo autor. Dado que o Programa Fica Vivo! naquele período era a única iniciativa governamental voltada especificamente para a área, com o objetivo explícito de reduzir homicídios e violência, é plausível atribuir esses efeitos mais difusos ao programa.

Marcas positivas: o fica-vivo sob a lente das avaliações qualitativas

Sobre os resultados dos estudos qualitativos, Miranda (2015) afirma que o programa busca expandir e consolidar a rede de proteção social, facilitando o acesso de adolescentes e jovens aos serviços públicos e comunitários. Notou-se que as abordagens do Fica Vivo! em um dos Centros de Prevenção à Criminalidade localizados na região metropolitana de Belo Horizonte estabelecem interações regulares com o Conselho Tutelar e órgãos municipais e estaduais, com o propósito de promover a proteção dos participantes adolescentes e jovens.

Apesar dos desafios anteriormente identificados na coordenação do programa com os municípios, é crucial ressaltar que o projeto Fica Vivo! é implementado em unidades públicas que abrangem áreas geográficas específicas, localizadas em regiões com elevada incidência de homicídios. Ao serem estabelecidos em nível local, esses programas realçam a importância dada pela política à perspectiva territorial e ao contexto relacionado à criminalidade e violência. O intuito é compreender cada situação particular e ajustar os programas conforme as características específicas de cada localidade (MIRANDA, 2015, p. 140).

Miranda (2015) também trata sobre os fatores de risco e proteção, compreende-se como fatores de risco aqueles elementos que aumentam a probabilidade, embora não sejam determinantes, da ocorrência ou dos efeitos específicos de crimes ou violências. Em contrapartida, os fatores de proteção são elementos que diminuem a probabilidade de ocorrência ou os efeitos negativos de crimes ou violências. Portanto, quanto mais presentes os fatores de risco e menos presentes os fatores de proteção, maior é a probabilidade de ocorrência e de efeitos prejudiciais de crimes e violências, e vice-versa. A autora afirma que

> "A busca pela minimização dos fatores de risco pode ser percebida no Fica Vivo! que oferece aos adolescentes e jovens oportunidades de acesso a cultura, arte e a um ofício por meio das oficinas, que podem ser considerados ainda espaços de encontro, socialização, reflexão e troca de ideias. (…) Os atendimentos individuais do Programa Fica Vivo!, bem como do PMC podem ser considerados espaços de acolhimento e escuta de seus respectivos públicos-alvo que podem, a partir daí, ser encaminhados para serviços da rede, o que pode contribuir para minimização de fatores de risco

> relacionados ao indivíduo ou a sua família, por exemplo. Além disso, os serviços oferecidos pela rede local podem contribuir para o fomento a fatores de proteção.” (MIRANDA, 2015, p. 80)

Silva (2019) ressalta mais um resultado do programa que trata da relação dos oficineiros com os jovens. Esses profissionais conseguem conquistar a confiança desses jovens, que se encontram em situação de vulnerabilidade, ao se aproximarem, ouvi-los e oferecerem conselhos sobre maneiras de se comportar no "outro mundo". Eles orientam sobre as escolhas entre caminhos positivos e negativos, enquanto dedicam especial atenção ao cuidado da autoestima desse grupo, muitas vezes discriminado quando fora de seu ambiente social. Conscientes das disparidades entre a região em que vivem em comparação com o ambiente mais urbanizado, esses jovens estigmatizados buscam conexões com aqueles que reúnem experiências semelhantes, e as políticas públicas, como o Fica Vivo!, facilitam esse encontro e união. As relações condicionais entre esses jovens e as instituições, bem como com os agentes públicos como os oficineiros e analistas sociais, possuem um caráter essencial na promoção do bem-estar e no apoio ao desenvolvimento desses jovens.

Santos (2012) aponta mais um resultado em seu trabalho de avaliação do processo de implementação do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco no aglomerado Palmital em Santa Luzia, Minas Gerais, onde os jovens participantes do Fica Vivo! acreditam que a presença do grupo, especialmente em áreas onde a polícia não estava presente anteriormente, desencoraja confrontos armados entre os diversos pequenos grupos locais. Esses grupos, que costumam se envolver em conflitos violentos devido a desentendimentos relacionados a negociações de entorpecentes ou a pequenos desacordos, são impactados pela atuação do Fica Vivo! de maneira a mitigar essas situações.

Outro resultado diz respeito a impossibilidade de muitos jovens de saírem do local onde moram, pois alguns correm risco de morrer ao sair dali. Silva (2008), em seu estudo de caso da rua Beira Linha, identifica um exemplo de ação do fica vivo, onde foi possível elabora uma oficina de futebol na própria rua, pois os jovens daquele região corriam risco ao saírem de lá.

Ao dizer sobre como começou a participar do Programa, um jovem, entrevistado por Silva (2008), lembra que isso se deu a partir da oficina do Campinho e acrescenta: “no início ficava com medo, entrei pra fazer zoeira, pra brincar, comecei a gostar, tomei confiança [...]

Confiança nos treinador, no Programa" (entrevista com jovem, dez. de 2007). Pode-se dizer que foi a partir da existência desse Campinho, da rede pessoal estabelecida entre os jovens, do trabalho dos oficineiros 46 responsáveis pela oficina e do acompanhamento dos técnicos, que mais jovens da Beira Linha começaram a fazer parte do Programa Fica Vivo!, em especial aqueles que não podiam se distanciar muito do lugar de moradia em função de correrem risco de morrer. (SILVA, 2008, p. 67)

Silveira (2007), afirma que o Fica Vivo é descrito nos discursos de diversos atores como uma iniciativa que facilitou a circulação dentro da comunidade, capacitando os jovens a tomarem decisões que priorizam o direito à vida. A presença do Fica Vivo proporciona aos jovens a sensação de liberdade no território, pois é percebido como uma das poucas políticas que integram e reconhecem essa parcela da população jovem.

Além disso, segundo Belga (2017, p.10) "os resultados revelam que o programa Fica Vivo é permeado por discursos que indicam a expansão dos direitos sociais e associam essas garantias à promoção da cultura de paz e dos direitos humanos."

Nesse sentido, constamos nesse trabalho que o programa possui resultados positivos, como casos pontuais de expansão da rede de proteção social, minimização de fatores de risco, relação dos jovens com os oficineiros, redução de conflitos, facilitação de circulação nas comunidades. No entanto, como evidenciado os desafios também são muitos e recebem destaca na literatura devido a relevância que tem ganhado ao longo dos 20 anos de existência do programa.

Dentre esses desafios, é possível destacar a falta de parcerias formalizadas com o município, a necessidade de articular o programa com várias organizações governamentais e não governamentais, a alta rotatividade de profissionais na área da proteção social e intervenção estratégica, as questões relacionadas a salários e ao vínculo empregatício dos oficineiros, a integração dos eixos de proteção social e intervenção estratégica, e a percepção do Fica Vivo! como um programa com características policiais.

Portanto, é necessário repensar alguns pontos em relação a constituição e funcionamento do programa. É preciso buscar formalizar parcerias com os municípios, estabelecendo acordos claros e duradouros que fortaleçam a cooperação entre o programa e as autoridades locais. Além disso, é essencial aprofundar a articulação do programa com

diversas organizações governamentais e não governamentais, garantindo uma colaboração eficaz para enfrentar os desafios complexos associados à intervenção social.

Medidas práticas, como programas de capacitação e valorização profissional, são recomendadas para reduzir a rotatividade de profissionais e promover a permanência e dedicação ao programa. A integração mais efetiva dos eixos de proteção social e intervenção estratégica também deve ser aprimorada, assegurando que ambas as abordagens estejam alinhadas e se complementem de maneira abrangente às necessidades dos participantes.

Além disso, a instituição de um processo contínuo de avaliação do programa é vital, identificando áreas de melhoria e ajustando sua constituição e funcionamento conforme as necessidades e desafios emergentes. Este ciclo de avaliação constante garantirá a adaptabilidade e a eficácia sustentada do Fica Vivo! ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa Fica Vivo! emerge em 2003 como uma estratégia eficaz para lidar com os alarmantes índices de homicídios em Belo Horizonte desde 1997, causados principalmente por jovens armados ligados a grupos autointitulados gangues. Estes grupos, que muitas vezes estabelecem regimes normativos, desempenham um papel significativo nos conflitos locais, influenciando o que é considerado certo ou errado em suas áreas de atuação. A convergência e os acordos entre atores estatais e criminais, evidenciados no programa, buscam reduzir as mortes violentas.

A implementação do programa, iniciada no Morro da Pedras após um diagnóstico que identificou a concentração de homicídios em determinadas regiões, foi expandida para outras áreas a partir de maio de 2003. A revisão da literatura apresentada nesta monografia indica que os estudos sobre o Programa estão concentrados na Universidade Federal de Minas Gerais e focalizam de maneira muito detalhada a sua capacidade em prevenir a ocorrência de crimes. Nesta dimensão, a contribuição do Fica Vivo! ao longo das últimas duas décadas é inegável, refletida na redução significativa do número de vítimas de homicídios e no amplo atendimento mensal de jovens em suas oficinas.

A experiência positiva no Morro das Pedras evidencia a importância do tempo na eficácia do programa, bem como a necessidade de uma abordagem integrada que envolva tanto a intervenção estratégica quanto a proteção social. As parcerias formais e articuladas entre os níveis municipal e estadual, assim como a colaboração com organizações locais, são fundamentais para superar os desafios e fortalecer a implementação do Fica Vivo! em diferentes contextos.

Embora o programa tenha alcançado resultados significativos em algumas áreas, a implementação e a sustentabilidade do Fica Vivo! continuam enfrentando desafios diversos. A falta de articulação entre instituições de diferentes níveis governamentais, a resistência das prefeituras locais à municipalização do programa, a fragilidade da gestão terceirizada e a redução no orçamento são questões que impactam diretamente a eficácia e a continuidade das ações. Soma-se a isso o fato de essa política pública se apoiar sobremaneira nas OCIPs, o que faz com que a iniciativa sofra descontinuidades tanto em razão de problemas de contratos como de questões relativas ao corte de despesas. Assim, a interrupção do programa em

diferentes momentos, como em 2017 e, depois, em 2020 devido à pandemia, levanta questões sobre a sua sustentabilidade e resiliência.

Em resumo, a revisão da literatura indica que o Programa Fica Vivo! tem potencial para impactar positivamente as comunidades e reduzir a violência, desde que haja um comprometimento contínuo, ajustes na gestão e uma abordagem adaptativa que leve em consideração as particularidades de cada localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, RENATO DE PAULA. **AS (IM)POSSIBILIDADES DE IRRUPÇÃO DE NECESSIDADES RADICAIS NA PERIFERIA POR MEIO DO TRABALHO COM JOVENS DO PROGRAMA FICA VIVO! E AGENTE JOVEM. ESTUDO DE CASO: CONJUNTO TAQUARIL**' 31/07/2008 243 f. Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFMG; Biblioteca do IGC/UFMG

ALVES, MÁRCIA CRISTINA. **Programas de Prevenção à Criminalidade dos processos sociais à inovação da política pública a experiência do Programa Fica Vivo!**' 31/07/2008 186 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (ESCOLA DE GOVERNO), Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade - FJP

Azevedo, Lydiane Maria. **Juventude e Segurança Pública: interpretando os sentidos constitutivos e avaliações técnicas do programa Fica Vivo!.**' 31/07/2011 215 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação

BEATO FILHO, C. C. ; RIBEIRO, Ludmila ; OLIVEIRA, V. C. ; PRADO, S. C. F. . **Reducción de homicidios en Minas Gerais: un análisis del programa Fica Vivo!.** REVISTA CIDOB D'AFERS INTERNACIONALS (1985) , p. 129-158, 2017.

BEATO, Claudio. **O que é o Fica Vivo!?**. Disponível em: https://www.crisp.ufmg.br/documentos/fica_vivo.pdf. Acesso em: 24 set. 2023

BELGA, STEPHANIE MARQUES MOURA FRANCO. **Cultura de Paz na vida cotidiana: desafios e possibilidades do Programa Fica Vivo!**' 22/01/2017 103 f. Mestrado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: J. Baeta Vianna

DIAS, ANA LIDIA CRISTO. **JUVENTUDES E TERRITÓRIOS: constituição das experiências juvenis no programa Fica Vivo! em Governador Valadares/ MG**' 29/11/2016 146 f. Mestrado em GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE, Governador Valadares Biblioteca Depositária: Biblioteca Univale

DUARTE, RONDERSON RODRIGUES. **TRABALHO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM COMO OFICINEIROS COM JOVENS, EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL, NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO! Belo Horizonte 2014'** 17/12/2014 undefined f. Mestrado Profissional em GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITARIO UNA, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: undefined

Geber, Saulo Pfeffer. **Jovens educadores no contexto de uma ação pública voltada para a juventude na periferia de Belo Horizonte'** 31/05/2010 149 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação

JUNIOR, GUILHERME JOSE SETTE. **PARÂMETROS PARA FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA CIDADÃ NO AMAZONAS**' 28/02/2019 155 f. Mestrado Profissional em SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Pós-Graduação em Segurança Pública

JUNIOR, RENATO QUIRINO MACHADO. **Olhares da Complexidade no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte: notas autoetnográficas sobre Segurança Pública, homicídios e cidadania'** 03/11/2022 undefined f. Mestrado Profissional em SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária.

LONGUINHO, LUISA DE PAULO. **IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS: o Programa Fica Vivo! e o Programa de Integração Social de Egressos do Sistema Prisional'** 04/01/2022 192 f. Mestrado em CIÊNCIA POLÍTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: FAFICH e Repositório Institucional da UFMG

MARTELETTO, FILIPE MARCIO FERREIRA. **Fica Vivo!: o potencial da institucionalização na continuidade de uma política pública'** 16/05/2018 473 f. Mestrado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: PUC Minas

MATTA, RAFAEL ALMEIDA DA. **A intervenção pública na criminalidade: uma avaliação considerando a dimensão espacial.'** 31/03/2006 155 f. Mestrado em ECONOMIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFMG

MIRANDA, DEBORA SILVA DE. **O PAPEL DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE PARA O ALCANCE DA SEGURANÇA CIDADÃ: estudo de caso dos programas de base local do Governo do Estado de Minas Gerais.'** 26/03/2015 undefined f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (ESCOLA DE GOVERNO), Belo Horizonte Biblioteca Depositária: undefined

Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG, **The PRISMA Group. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement**. Disponível em: www.prisma-statement.org.

NOGUEIRA, MARCUS OTAVIO MARIANI. **A mente é a arma, a voz é a bala: Problematizando o Programa Fica Vivo! como produtor de controle, normalizações e possíveis invenções de modos de vida'** 30/04/2011 125 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: FAFICH

PEIXOTO, BETÂNIA TOTINO. **Uma Contribuição para Prevenção da Criminalidade'** 31/01/2008 240 f. Doutorado em ECONOMIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universtirária da UFMG

RIBEIRO, L. M. L.;MACHADO, J. A.; FREITAS, A. M.. **A crise de saúde sanitária da Covid-19 e o programa Fica Vivo!: uma percepção através do olhar dos oficineiros.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública) - Universidade Federal de Minas Gerais.

Ribeiro, Shirley Alexandra Ferreira. **Implementação do Programa Fica Vivo!: instituições atores e contextos'** 31/07/2012 123 f. Mestrado em CIÊNCIA POLÍTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

RODRIGUES, HILA BERNARDETE SILVA. **Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação.'** 30/11/2009 327 f. Doutorado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: PUC Minas

SANTOS, MÁRCIA ANDRÉIA FERREIRA. **CRIMINALIDADE VIOLENTA E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA'** 31/03/2012 421 f. Doutorado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: SISBI-Sistema de Biblioteca da UFU

SANTOS, SAMUEL. **A INTERNVEÇÃO NO LAZER NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: A CONSTRUÇÃO DE SABERES DE OFICINEIROS DO PROGRAMA FICA VIVO!**' 18/09/2013 145 f. Mestrado em Estudos do Lazer Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital UFMG

SANTOS, SIMONE MARIA DOS. **POLÍCIA PREVENTIVA: Avaliação do processo de implementação do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco no aglomerado Palmital em Santa Luzia - Minas Gerais'** 31/01/2012 216 f. Doutorado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMG, Biblioteca da FAFICH-UFMG

SILVA, ANGELINA MOURA PARREIRAS E. **FICA VIVO! ESTIGMATIZAÇÃO E TERRITÓRIO: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS'** 25/06/2019 101 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

SILVA, MICHELE DUARTE. **VIDA E MORTE NA BEIRA LINHA: UM ESTUDO SOBRE FORMAS DE CONVIVÊNCIA E REGULAÇÃO'** 31/03/2008 90 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: www.pucminas.br

SILVEIRA, A. M. **A Prevenção de Homicídios: a experiência do Programa Fica Vivo! no Morro das Pedras**. Educação & Realidade: Juventude, Violência e Educação, v. 33, n. 2, 2008.

SILVEIRA, ANDRÉA MARIA. **Avaliação do Programa FICA VIVO! no Morro das Pedras em Belo Horizonte'** 31/05/2007 290 f. Doutorado em SOCIOLOGIA E POLÍTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: FAFICH

SOUZA, ALINE CRISTINA CAMPOS DE. **Fica Vivo!: Imperativo de vida, cotidiano de morte'** 22/10/2018 152 f. Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB

SOUZA, ANGELA MARIA DIAS NOGUEIRA. **ENTRELAÇAMENTO DE SABERES: as alternativas construídas pelos jovens participantes do Programa Fica Vivo!'** 27/06/2013 120 f. Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: UFMG

SOUZA, RAFAELLE LOPES**. Programas Destinados a Egressos do Sistema Prisional: Um olhar sobre o PrEsp em Belo Horizonte Universidade'** 30/11/2012 91 f. Mestrado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Ufmg, Biblioteca da FAFICH UFMG.

i